

A questão nacional e a revolução brasileira em Nelson Werneck Sodré: contextualização e evolução¹

Context and evolution of the national question in the work of Nelson Werneck Sodré

Vitor Eduardo Schincariol²
vitor.schincariol@ufabc.edu.br

Resumo

O artigo discute os problemas conexos da chamada questão nacional e da revolução brasileira na obra de Nelson Werneck Sodré à luz de alguns de seus críticos, propondo uma periodização que reflita melhor as mudanças de seu enfoque ao longo do tempo. Busca-se mostrar como a abordagem do autor evoluiu à luz das transformações da história do Brasil, mediante uma leitura de seus trabalhos que mescla o método da contextualização histórica e o da evolução diacrônica. A hipótese que se busca demonstrar é a de que a questão nacional evolui na obra do autor ao longo de três etapas; além de um primeiro período pré-marxista, o segundo seria referente ao chamado nacionalismo de tipo etapista e o terceiro referente à dependência. Concluímos que, diferentemente do que certa literatura crítica afirma, a abordagem de Sodré não pode ser considerada como estática e desvinculada das mudanças históricas pelas quais passou o Brasil, antes refletindo-a.

Palavras-chave: História das Ideias; História da Historiografia; Historiografia Brasileira; Questão Nacional; Nacionalismo; Revolução Brasileira; Nelson Werneck Sodré; História do Brasil.

Abstract

The article deals with the so-called national question and the Brazilian revolution in the work of Nelson Werneck Sodré considering some of his critics; the work also proposes a division in his work that reflects the changes in his focus over time. The aim is to show how his approach evolved in light of the Brazilian history, through an interpretation which mixes historical contextualization and diachronic description. Our hypothesis is that Sodré's work can be divided into three main periods, which refer, beyond the pre-Marxist one, to the so-called nationalist stage, and then to the recognition of a new economic dependence since 1964. We conclude that Sodré's approach was not static and not detached from historical change, but rather reflecting it.

Keywords: History of Ideas; History of Historiography; Brazilian Historiography; National Question; Brazilian Revolution; Nelson Werneck Sodré; History of Brazil.

¹ Este artigo contou com o auxílio de Gabriel Tarcio Rodrigues de Oliveira através de bolsa de iniciação científica financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do ABC, entre 2020 e 2021. Gostaria de agradecer a Marcos Silva, Olga Sodré e Wilson do Nascimento Barbosa pelas entrevistas e depoimentos concedidos por correspondência privada, e a Muryatan Santana Barbosa pela leitura do texto e por suas críticas. Todos eventuais erros serão de minha responsabilidade.

² Professor Associado e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC.

Introdução

Não é novidade que a obra de Nelson Werneck Sodré tenha sido e ainda seja frequentemente classificada de forma negativa, sendo definida ora como "dogmática" ora como "ideológica", no pior sentido deste termo; a famosa tese de Caio Navarro de Toledo (Toledo, 1982) e o livro de Carlos Guilherme Mota (Mota, 2008) foram dois exemplos de análises críticas, às quais outras mais contemporâneas unem-se. Martins, de forma mais polida, também critica Sodré e a corrente na qual se inseriu em bases similares (Martins, 1978).³ Nesse sentido, Cordovano Vieira e de Campos reciclaram recentemente tais perspectivas (Cordovano Vieira e Campos, 2019). Dessas leituras, algumas delas legítimas, consolida-se de qualquer forma a imagem de uma suposta interpretação estática, dogmática e mesmo inocente da história brasileira realizadas por Sodré. O presente artigo busca contribuir para uma interpretação mais ponderada e atenta aos fatos, dando continuidade às linhas interpretativas iniciadas por comentadores como Barbosa (1999), Quartim de Moraes (2000), Cunha (2002), Gomes Viana (2004), Silva (2001 e 2008), Netto (1992 e 2011), Costa Pinto (2011), Cavalcante Barros (2014) e Olga Sodré (2019).

Na presente tentativa de contribuição, adota-se como critério metodológico o que Rorty define como a junção dialética dos chamados métodos de reconstrução histórica e reconstrução racional. A contextualização histórica situa cada argumento em seu momento, relativizando-o diante do que já sabemos, e a reconstrução racional observa o passado a partir dos avanços obtidos pelo conhecimento científico. Em suas palavras:

"[R]ational reconstructions are necessary to help us present-day philosophers think through our problems. Historical reconstructions are needed to remind us that these problems are historical products, by demonstrating that they were invisible to our ancestors. Geistesgeschichte is needed to justify our belief that we are better off than those ancestors by virtue of having become aware of those problems. [...] These three genres thus form a nice example of the Standard Hegelian dialectical triad" (Rorty, 1984, p.68).

Em outros termos, o terceiro método funde dialeticamente a contextualização e a chamada reconstrução racional numa *narrativa da evolução* das ideias, *do contexto em que nasceram até a contemporaneidade em que se situa o avaliador*. Este método o próprio Hegel o resumiu em sua introdução à história da filosofia:

"[L]a posesión de conocimientos simplemente históricos es como la posesión legal de cosas que no sirven para nada. [...] [Se] debe tomar partido por la justicia y por el bien. De lo contrario, se narra todo sin orden y sin conexión. [...] La totalidad tampoco existe

como la unidad que los reúne; ella existe solo como integridad en el curso del desarrollo" (Hegel, 1983 [1832] p.68-71).

À luz destas premissas metodológicas, buscamos avançar uma hipótese principal de que, diferentemente do que afirma José Paulo Netto (Netto 2011, p.25), a interpretação de Sodré da chamada questão nacional e da revolução brasileira não teria exatamente dois momentos decisivos, mas sim *três*. Podendo estes serem definidos como (1) sua conhecida primeira fase pré-marxista; (2) uma segunda fase de adesão ao marxismo de tipo nacional-desenvolvimentista, ligado a sua luta pela revolução nacional, e (3) a do abandono do assim chamado etapismo, com a consolidação de uma terceira fase que ressaltou e reelaborou, agora em novas bases, o diagnóstico da dependência já presente em obras anteriores do próprio autor (tal como em *Formação Histórica do Brasil* [Sodré, 1982]). Nesta terceira fase, diferentemente do que críticos afirmaram (ver abaixo) abandona-se na obra de Sodré a hipótese de uma fração progressista da burguesia local disposta à construção de projeto nacional, seja como categoria histórico-econômica, seja como elemento do jogo político-procedimento analítico que acompanhou, de fato, o próprio movimento histórico real pelo qual passou o país após 1964.

Sodré em seu contexto

A obra *Ideologia da Cultura Brasileira* de Carlos Guilherme Mota (Mota, 2008), notabilizou-se por críticas nem sempre justificadas a muitos autores, destacando-se Sodré.¹ Transcrevam-se as passagens mais chamativas. Afirmou Mota que:

"[E]m raras ocasiões a produção historiográfica logrou libertar-se de vínculos externos excessivamente pesados. Desde Varnhagen e Capistrano de Abreu, marcados pela Escola Histórica Alemã, até Nelson Werneck Sodré, autor esquemático e apressado, chegando aos representantes locais da História Quantitativa [...] a importação cultural constitui fenômeno permanente" (Mota, 2008, p.66).

A obra de Sodré se caracterizaria por uma "pedestre vertente populista" de caracterização do trabalho intelectual (idem, p.80). A obra do historiador seria "ideológica", "ortodoxa", "linear", nas quais "as etapas da história do Brasil [devessem] ser cumpridas evolutivamente" (idem, p.83); sua teoria das classes, "rígida e mecânica" (idem, p.218); seu marxismo seria "de orientação rígida e cristalizado" (idem, p.288).

Com mais sobriedade em suas ponderações, afirmaram Cordovano Vieira e Campos com relação ao tema da questão nacional e da revolução brasileira na obra de Sodré:

Embora [a] interpretação histórica de Sodré estivesse hermeticamente ajustada à sua fundamentação teórica marxista,

³ Caio Navarro de Toledo posteriormente reviu suas posições (ver por exemplo Toledo 2005), mas as edições de sua tese original ainda guardam grande difusão e citações.

concatenada, por via de regra, com suas premissas para formação econômica brasileira, a própria história surpreendeu-o em 1o de abril de 1964. De igual maneira, toda essa agenda democrático-burguesa de reformas radicais sucumbiu à contrarrevolução sob uma ditadura de longa duração. O recuo interpretativo de nosso autor para justificar o malogro da Revolução Brasileira e os enigmas de seu sujeito histórico, o povo, assinalavam, por um lado, os próprios limites de sua abordagem sobre a manifestação do imperialismo numa economia de origem colonial como a brasileira; por outro, sua leitura era equivocada sobre o ethos da burguesia brasileira, que pareceria não se constituir nem como nacionalista e tampouco preocupada com a ampliação das forças democráticas no país (Cordovano Vieira e Campos, 2019, p.136).

Para ambos os autores, o historiador teria sido incapaz de adaptar devidamente as categorias de Marx à realidade brasileira, bem como sendo afinal incapaz de realizar mediações em sua interpretação dialética histórica. Não é nosso propósito aqui tratar do problema das mediações dialéticas na obra de Sodré, mas para relembrar como o autor as manipulava sem esquematismos rígidos a partir de modelos importados, lancemos um exemplo referente ao regime varguista. Já afirmara Hegel na *Ciência da Lógica* que "la realidad es cualidad, ser determinado; por lo tanto implica el momento de lo negativo" (Hegel, 1948 [1816], p.145). Neste sentido, Sodré buscou mostrar como, apesar dos retrocessos políticos impostos pelo regime varguista, o processo de industrialização iniciado então deixava frutos positivos e apontava, apesar de suas contradições, para a superação da "dominação imperialista"; quer dizer, o processo de substituição de importações e o crescimento da economia nacional estavam *determinados* pelo passado colonial brasileiro, bem como pelo imperialismo, configurando-se então uma mediação entre o passado colonial e a futura revolução brasileira. Na verdade, a análise histórica de Sodré distava de dogmatismo, de que amiúde é acusado, sendo apta a reconhecer um papel positivo em cada etapa mediadora aparentemente negativa do processo histórico brasileiro (a superação das contradições por mediações históricas, numa síntese superior do processo dialético). Assim, mesmo no que se refere ao Estado Novo:

"[c]ometerão engano profundo, entretanto, os que encarem o Estado Novo apenas pelo triste e infamante lado em que apresenta sua fachada policial. Ele fora isso, mas muito mais do que isso. Continuou, dentro das novas condições geradas pelo retorno do imperialismo, recuperado da crise, e do latifúndio, novamente na primeira linha, as reformas que vinham sendo empreendidas, desde o triunfo da Revolução de 1930" (Sodré, 1976b, p.304).

A industrialização negava o passado descapitalizado e colonial brasileiro, e apesar de ter sido conduzida por um regi-

me autoritário, representava uma mediação rumo ao progresso. A caracterização é muito diferente de uma condenação *in totum* do Estado Novo e das políticas de Getúlio Vargas, o que configuraria uma análise unilateral. De fato a interpretação do movimento histórico como dialético está presente em toda a interpretação que Sodré faz da história brasileira; outro exemplo é sua interpretação do advento da República, cuja estrutura político-administrativa correspondia melhor à nova fase de desenvolvimento capitalista no Brasil, e que, ainda que elitista e desorganizada, haveria sido a culminação de um processo de longo prazo iniciado em 1789 e que veio para substituir positivamente o Império, que basicamente fora "a continuação da colônia", "a estagnação consagrada como política" (ver Sodré 1989, p.9).⁴

Isso posto, é sabido, e tal tem sido objeto de críticas da literatura desde os anos 1970, que Sodré vinculou sua análise histórica do Brasil a sua discussão da chamada questão nacional e da revolução brasileira, assumindo uma divisão da burguesia brasileira em frações: uma fração seria preenchida principalmente pelas reminiscências "feudais", latifundiários e setores ligados ao mercado externo, e pelo capital mercantil importador, estando ligada às forças externas de dominação do país -imperialismo- e cooperando de forma a prejudicar o processo de libertação nacional que até então estaria em curso mas não consolidado (dependendo de fato da chamada *revolução brasileira*; ver *Introdução à Revolução Brasileira*, que data de 1958 [Sodré, 1978]). Outra fração da burguesia, a industrial, possuiria "interesses objetivos" no controle do mercado interno brasileiro. Numa aliança com a massa trabalhadora, lhe corresponderia um enfrentamento dos oligopólios internacionais cuja atuação lhe roubaria o mercado local. Nesse arranjo de forças, haveria um confronto entre o que autor chamou de "tradições genuínas do Exército brasileiro" e o que chama de tendências "pretorianas" (fascistas) existentes desde a década de 1930, tal como analisou em *História Militar do Brasil* (Sodré, 2010 [1965], p.353). Esta luta interna dentro das forças armadas duraria todo o pós-guerra e poderia ser resolvida pela vitória do chamado campo nacional-democrático. A missão das Forças Armadas era definida em 1965 como a de "assegurar ao país as condições para realizar-se como nação" e "assegurar as instituições democráticas e a livre expansão da economia nacional" (Sodré, 2010 [1965], p. 488.)

Em outros termos, essa visão, pejorativamente definida como "etapista", supunha uma revolução de libertação nacional feita por uma aliança entre burguesia industrial e proletariado, que permitisse o avanço econômico do país em bases capitalistas. A análise de Sodré com base neste esquema conceitual aparece em sua forma mais nítida em *A História da Burguesia Brasileira*, terminada em 1963 (Sodré, 1976b). Em *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (cuja sexta edição data de 1976; ver Sodré, 1976a), no verbete "A revolução brasileira", afirmou (em 1976):

⁴ Consulte-se também a diferenciação entre os tipos de revolução burguesa no centro e na periferia em Sodré 1978 e Sodré 1984. Para uma discussão e apreciação crítica da dialética na explicação histórica de Sodré, ver Grespan (2001).

"O grande esforço no sentido de capitalizar encontra os maiores obstáculos na exploração imperialista e coloca frente a frente os elementos anti-nacionais, orientados do exterior, e os elementos nacionais, que se unem para resistir. Neste sentido, a fase nacionalista [do processo histórico brasileiro] corresponde à identidade de interesses entre determinadas classes em que se reparte a população das áreas coloniais, enquanto a classe tradicional, dos proprietários rurais, encontrando apoio no grupo mercantil ligados aos mercados externos, vincula-se cada vez mais à pressão de fora e espousa os conceitos peculiares ao imperialismo, que desde os artísticos aos econômicos. [O processo] só tem condições de realizar-se integralmente com a solução do problema democrático – participação livre do povo na construção nacional" (Sodré, 1976a, p.204).

O avanço no processo de consolidação do Brasil como país soberano, uma vez resolvido o problema da dependência pelo caminho de uma revolução de libertação nacional baseada na aliança entre os setores mais avançados da burguesia e da classe trabalhadora –que formariam o "povo brasileiro"–, permitiria ao país um crescimento em novas condições, nas quais os antigos problemas ligados ao passado colonial e neocolonial seriam superados. Ao mesmo tempo, este crescimento de bases locais permitiria e mesmo levaria a uma organização mais adequada da massa trabalhadora, com a difusão do trabalho assalariado, do sindicalismo operário e de outros elementos de organização que permitissem uma gradual construção da luta pela igualdade social. O atraso econômico, a descapitalização, a miséria nos campos, o desemprego crônico, as perdas internacionais etc., impediriam, por sua vez, tanto o processo de consolidação nacional.

A chamada "análise marxista da dependência", como sabemos, criticou tal abordagem –que, ademais, não era somente a de Sodré, mas a de amplos setores da intelectualidade brasileira e das forças políticas (para a contextualização do chamado "ciclo ideológico do desenvolvimento", a marcar a maioria das correntes econômicas do país entre 1930 e 1964, ver Bielschowsky 2007). Após o golpe de 1964, a ideia da aliança de classes para levar à revolução brasileira tornara-se um sinônimo de disparate para os elementos mais radicalizados da vida política e intelectual, cristalizando-se aí a hipótese de que o processo de independência nacional e de lutas pela emancipação dos trabalhadores não poderia contar com alianças com parcelas da elite.

À luz das lições metodológicas que visam lidar com o problema do anacronismo histórico na história das ideias –seguindo

aqui as lições de Quentin Skinner (Skinner, 1969⁵)– podem-se estabelecer duas afirmações relevantes sobre a interpretação que Sodré e a intelectualidade que sustentou a frente pela revolução brasileira fizeram da realidade de sua época. Em primeiro lugar, o caminho da "identidade de interesses entre determinadas classes" tinha exemplos históricos. O livro clássico de Baran (1956) mostrou como a industrialização japonesa fora uma reação ao imperialismo conduzida pelas elites japonesas. Na União Soviética, o processo de liquidação do capitalismo posterior à NEP fora muito difícil em termos de perdas humanas (para uma discussão atualizada, ver Losurdo 2008). No processo de libertação nacional chinês, o Kuomintang atuara, por muitos anos, ao lado dos comunistas. O próprio Stálin vacilara na implementação de economias plenamente socializadas no Leste da Europa depois de 1945, por falta de condições políticas e econômicas (ver Losurdo, 2008 e Pons, 2014).

Com efeito, a aliança com uma parte da burguesia era vista como uma tática para atingir um objetivo maior –a luta anti-imperialista–, provavelmente sendo abandonada ou matizada posteriormente. Sodré assim definiu, em *Introdução à Revolução Brasileira* as condições para a realização das reformas estruturais no governo de Goulart:

"Era possível realizar as reformas se o povo se unisse e se organizasse para conquistá-las; era possível, se assentassem em ampla base política –naquilo que se conhece como frente, e justamente porque congrega [forças heterogêneas]. A frente era possível porque as reformas interessavam, objetivamente, concretamente, às forças que a deveriam compor ou compunham, desde a burguesia nacional até os trabalhadores do campo, englobando a pequena-burguesia e o semi-proletariado" (Sodré, 1978, p.231).

O caminho do convencimento gradual da burguesia industrial, de que esta deveria mobilizar todas as forças dispostas a preparar-lhe o terreno para um aprofundamento do processo de industrialização e nacionalização dos mercados, consistia assim, na hipótese de Sodré e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), num processo historicamente mais factível do que uma revolução socialista propriamente dita diante de condições que não pareciam favorecê-la (a discussão está em Sodré, 1978; ver também a obra de Guerreiro Ramos *Mito e verdade da revolução brasileira* [Ramos, 1963]).⁶

Havia, assim, uma racionalidade na abordagem de Sodré e de analistas que compartilhavam destes pressupostos, raciona-

⁵ No sentido de "uncover the extent to which the current historical study of ethical, political, religious, and other such ideas is contaminated by the unconscious application of paradigms whose familiarity to the historian disguises an essential inapplicability to the past" (Skinner, 1969, p.7).

⁶ Quando indagado em correspondência privada acerca da estratégia de aliança de classes do PCB (Partido Comunista do Brasil) ao longo dos anos 1960, o historiador Wilson do Nascimento Barbosa, que estudou sob a orientação de Sodré no ISEB, militou no PCB e depois atuou ao lado de Carlos Marighella na Ação Libertadora Nacional (ALN), afirmou: "Para o leninismo, todos os aliados que possam ser obtidos no processo da luta política são necessários e bons para cada etapa da luta. O desdobramento desse processo poderá ir deixando uns e outros aliados pelo caminho, ao incorporar outros aliados e penetrar em outras fases. A cada novo tipo de mudança que se impusesse, a marcha da luta terá de impor também modificações". Quartim de Moraes também faz uma apreciação positiva desta política em 'O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência' (Quartim de Moraes, 2000).

lidade esta que tendeu a ser apagada à medida em que a análise da dependência se consolidou no contexto posterior aos golpes militares que se multiplicaram na América Latina, com os apoios diretos ou tácitos de amplas parcelas das respectivas burguesias da região. A existência de exemplos históricos anteriores e racionalidade da proposta, de fato, não evitaram que o projeto esboçado por Sodrê fracasse. Em todo caso, chamamos atenção para a necessidade de conhecer as razões pelas quais Sodrê e parte das forças políticas e da intelectualidade defendiam aquele tipo de saída para a situação em que o país se encontrava: tais razões baseavam-se na comparação histórica do país com exemplos que até então pareciam similares, bem como na perspectiva de que aquele tipo de "revolução nacional" fosse mesmo a linha de menor resistência dentro das opções possíveis, porque apoiada também pela burguesia industrial do país.⁷

Do nacional-desenvolvimentismo à dependência e à crítica da globalização

Deve-se assinalar que em fins dos anos 1970 Sodrê efetivamente rompe com aquele esquema conceitual. Não exatamente porque o considerasse "errado", mas porque a burguesia efetivamente se "associara", tornando-se a frente irrealista em termos políticos. A análise das obras posteriores de Sodrê mostra que sua abordagem, conseqüentemente, evoluiu à luz das mudanças do país: tratava-se de um novo contexto, e de acompanhar tais mudanças. Pode-se dizer que Sodrê passou a enfatizar o novo caráter de dependência brasileira à luz da consolidação do regime de 1964 – discussão que, ademais, já existia antes da chamada teoria da dependência desde a Terceira Internacional.⁸ Para todos fins analíticos, desapareceu dos principais textos de Sodrê a antiga diferenciação entre "frações progressistas" e "atrasadas" da burguesia, dando-se lugar à noção de uma nova dependência, agora recolocada, e ao reconhecimento tácito de que, pelo menos no contexto que se sucedeu ao golpe de 1964, a burguesia não tinha mais capacidade nem interesse em desempenhar qualquer papel progressista face à consolidação da "dominação imperialista" (primeiramente durante a ditadura, e posteriormente com o neoliberalismo).

Esta posição é notada com clareza nas obras *Brasil, radiografia de um modelo* (Sodrê, 1974), *A farsa do neoliberalis-*

mo (Sodrê, 1997) e na última edição de *Síntese de História da Cultura Brasileira* (Sodrê, 1999), bem como em obras mais curtas escritas pelo autor. Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que um erro comum dos críticos de Sodrê reside, muitas vezes, em não situar a obra do autor na *linha do tempo*, em sua dimensão de transformação, diacrônica, o que significa não dar a devida atenção às últimas de suas obras, como se o autor tivesse deixado de pensar e evoluir em sua fase madura.

Afirmaram Cordovano Vieira e Campos:

"Sobre a burguesia nacional, Sodrê (1975) admitia que sobrestimou seu componente democrático, mas continuava a acreditar que seu elemento nacional fosse majoritário, exemplificando iniciativas de estatização da ditadura militar. Nem mesmo diante da "farsa do neoliberalismo", e de toda a transnacionalização da economia internacional que ele denominava de "novo imperialismo" a partir da década de 1970, Sodrê (1975, 1995) abandonou a crença que pudesse haver um reconhecimento por parte da burguesia brasileira da questão nacional de modo a desencadear novamente a revolução democrática burguesa" (Cordovano Vieira e Campos 2019, p.138).

É verdade que Sodrê, por diversas razões e em diversos momentos, mostrou uma confiança na vitória final da chamada "revolução brasileira" que efetivamente não tinha correlação com os fatos. Daí as frequentes tiradas essencialmente idealistas, estranhas a quem professava o materialismo e declarava ser "falso erigir seus desejos em ciência", tais como em *Introdução à Revolução Brasileira*:

"[...] a aspiração à independência econômica do País, em contradição como a imposição da dependência pelo imperialismo, obriga a conjugação das massas trabalhadoras não-proletárias às proletárias e impulsiona aquelas à compreensão mais alta do processo"; "o imperialismo é um monstro que devora seus aliados"; "a economia da área socialista expande-se sem pausa e sem crises" etc. (Sodrê, 1978, várias páginas).

Ou ainda, algum tempo depois: "estamos em avanço no desenvolvimento capitalista, enquanto o capitalismo em escala mundial está em declínio" (Sodrê, 1985, p.108). Nosso autor demonstrou em várias ocasiões muito otimismo na vitória final de seu projeto para o Brasil, o que traduzia não só o clima da época, mas também seu comprometimento total com a causa. Neste sentido a crítica a ele feita à luz do desfecho efetivo que tomou

⁷ Nesse sentido, em 1962 definiria Sodrê o "povo" como sendo "o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive". No conhecido trecho, afirmava: "Quais as classes sociais interessadas na gigantesca tarefa progressista e revolucionária com que nos defrontamos? Parte da alta, média e pequena burguesia, a parte de cada uma desligada de associação, compromisso ou subordinação ao imperialismo; o semiproletariado e o campesinato, com participação ativa na medida da consciência política que apresentem os seus componentes. Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado; a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este" (Sodrê, 1962, p.37).

⁸ Ver a discussão de Caio Prado Junior em *A Revolução Brasileira* (escrito em 1966; ver Prado Junior, 2004) e o próprio enfoque de Sodrê em *Formação Histórica do Brasil* (Sodrê, 1982).

a história é legítima. O problema é que as críticas, porém, não vêm acompanhadas de um estudo detido da produção posterior ou *tardia* de Sodré, aparecendo, no caso particular dos autores anteriormente mencionados, descolocadas de embasamento factual. Em outros termos: a obra de Sodré anterior ao golpe de 1964 aparece como sendo a obra de Sodré, seu momento mais representativo, sem que suas obras posteriores sejam efetivamente revisitadas e sem que do autor uma análise efetivamente diacrônica seja aplicada.

Em 1974 haviam se passado dez anos do golpe de 1964; a esperança de muitos de que o regime tivesse vida curta fora errada. Sodré mesmo incorrera nesta ilusão por alguns anos. Em *Introdução à Revolução Brasileira*, na sua conclusão, analisava erroneamente:

"A ditadura conseguiu esse milagre político: ajudar as condições para a formação de frente democrática, cuja existência é fato indiscutível, não tendo surgido de ações combinadas e menos ainda conspirativas de pessoas ou de grupos. [...] Esta, na verdade, inseriu-se no processo da Revolução Brasileira, como episódio; esse processo não foi paralisado por ela, prossegue com ela, apesar dela, contra ela; superada essa etapa, será retomada, em nível mais alto e é bem possível que com significativa mudança qualitativa. De qualquer forma, impossível é apenas deter o carro da História" (Sodré, 1978, p.256).

O regime na verdade consolidara-se, e a dimensão das mudanças econômicas efetivadas no período, ao longo do próprio espaço de tempo que já ocupara e ainda ocuparia, levaria Sodré, depois de alguns, a matizar sua perspectiva, invocando a "transformação da quantidade em qualidade", numa inversão de seu otimismo inicial. Em *Brasil, radiografia de um modelo*, a nova posição tornara-se evidente:

"A superação do subdesenvolvimento, pois, consiste, essencialmente, em alcançar a autonomia das decisões, em dispor de seus próprios recursos e, principalmente, em destruir os laços coloniais, como os laços de dependência, para estruturar uma economia capaz de proporcionar melhores condições de vida para o povo. O chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", ao contrário de tudo isso, gerou laços novos de dependência, transferiu para o exterior centros de decisão, submeteu-as às exigências dos interesses externos. E isso aconteceu depois que o país conquistara certo nível de autonomia, erigira e utilizava certos instrumentos de análise e de decisão, tomara consciência de suas necessidades e, principalmente, começava a adotar orientações e decisões, em problemas concretos, que importavam no rompimento com as velhas estruturas e em resistência organizada ao imperialismo. [...] O que ocorreria com a área estatal da economia era um exemplo disso; à base das empresas estatais, era possível partir para uma renovação da estrutura econômica, sem temor de crises. Trata-se, atualmente [1974], de integrar a economia brasileira no conjunto de economia internacional, na área capitalista; na etapa de desenvolvimento do modo capitalista de produção que é o capitalismo monopolista de Estado. A relação entre as diferentes estruturas de produção, na escala internacional, se assemelha, em seu processo, à relação entre o particular e o universal: há

processos que são gerais e há processos que são peculiares a cada caso, isto é, a cada estrutura, uma vez que são diferentes. Ao longo da história da economia brasileira, é fácil assinalar - embora seja sempre difícil analisar- o extraordinário esforço realizado para acomodar a sua estrutura à internacional, passando, para isso, por abalos mais ou menos sérios e profundos, e realizando sucessivas acomodações, que apareceram, às vezes, como aquelas acomodações geológicas que se distinguem dos terremotos apenas pela ordem de grandeza. O problema, quando ocorre o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", é, entretanto, diverso, pelo nível quantitativo da mudança, que importa em alteração qualitativa (daí o estabelecimento do novo regime ser, também, de qualidade diversa das formas transitórias, anteriores, de golpes de Estado e de transitórios períodos de governo de exceção). [...] O chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento" vem sendo, assim, a forma mais sofisticada e mais ampla de dependência, já sem nenhum disfarce, estabelecendo na dependência o fundamento, a essência de que se alimenta" (Sodré, 1974, p.167-169).

Ou seja, a ditadura inaugurara e estabelecera uma nova fase para a economia do Brasil, agora marcada pela internacionalização completa e pela derrota da proposta nacional-desenvolvimentista.

Analisando a evolução da cultura existente no Brasil após a difusão dos grandes meios de comunicação particularmente depois de 1964, quando a influência norte-americana consolida-se, Sodré reavaliava, para todos fins práticos do novo contexto que se lhe apresentava, o caminho daquela *fenomenologia da consciência nacional* presente em sua fase isebiana, similarmente à exposta na obra do também isebiano Álvaro Vieira Pinto. Comparemos a abordagem sobre a consciência nacional contida em *A ideologia do colonialismo*, publicada em 1961, com obras posteriores.

No processo da chamada *fenomenologia da consciência nacional* tão tipicamente discutida no ISEB, a consolidação de uma chamada cultura "autenticamente nacional" deveria em algum momento superar a chamada "transplantação cultural". Este é mote de *A ideologia do colonialismo* (publicada pelo ISEB em 1961; conferir Sodré, 1961), no qual Sodré analisa o pensamento de vários autores no Brasil, da colônia à república, à luz do que sugeria ter sido a acidentada, contraditória mas real evolução progressiva da "consciência nacional" desde a colônia. Este livro historia e analisa as obras de Azeredo Coutinho, José de Alencar, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana sob o prisma da "ideologia do colonialismo e seus reflexos no pensamento brasileiro", reflexos estes que, ao longo do percurso do despertar nacional do país, seria cadente. Sodré atua aqui como historiador das ideias no Brasil, valendo-se do método dialético a enfatizar o "choque dos contrários", e de uma "síntese superior da consciência nacional em cada etapa". Azeredo Coutinho, apesar de colocar-se na "ala à direita do processo de independência", com suas críticas a Portugal, teria preparado "inconscientemente" a etapa do rompimento dos laços de subordinação (Sodré, 1961, p.30-31). José de Alencar, apesar de todos seus vícios, teria dado início ao romance literário *verdadeiramente brasileiro*

(Sodré, 1961, p.51). Silvio Romero, igualmente, apesar da adoção dos determinismos de raça e clima típicos da segunda metade do século XIX, "apontava males verdadeiros: não tínhamos filosofia, não tínhamos ciência, não tínhamos poesia original" (p.89). Apenas Oliveira Viana, com quem Sodré mantivera, em sua juventude, contatos próximos,⁹ não é poupado, não se devendo ter para com ele "tolerância alguma". Sua adoção de doutrinas fundadas no racismo e sua justificativa do fascismo corresponderia a uma escolha *deliberada* face à fase histórica em que o colonialismo "agonizava" (Sodré, 1961, p.11). Assim, Sodré afirmava que:

"Os pessimistas de hoje, que veem o Brasil 'à beira do abismo', os que não acreditam em povo, os que só confiam em elites, em predestinados, em bemaventurados [sic], os que nos supõem condenados à perdição econômica, os que se desalentam com os 'desatinos' do nacionalismo, são herdeiros naturais dos que proclamam a 'preguiça' do brasileiro, a incapacidade do brasileiro, a cobiça do brasileiro. Traços de classe, que pretendiam e pretendem generalizar a todo um povo" (Sodré, 1961, p.12).

Com efeito, o livro de Sodré data de 1961, todavia é em alguns aspectos mais atual que obras similares com edições mais contemporâneas.¹⁰ Todavia, depreende-se da leitura das obras posteriores de Sodré que com a consolidação da ditadura de 1964, esse caminho progressivo teria sido interrompido. Não se tratava exatamente, segundo o que se depreende da leitura das obras posteriores de Sodré, de afirmar que a dialética histórica teria sido paralisada. Tratar-se-ia tão simplesmente da vitória consolidada do imperialismo não só em termos econômicos (dependência), mas também e particularmente em termos culturais, para efeitos dos anos subsequentes. Uma alteração do quadro talvez se processasse mais à frente, mas em termos da geração

de Sodré isso provavelmente não ocorreria. A construção de uma cultura nacional e de uma economia autônoma havia sido efetivamente interrompida naquele momento histórico. Se é verdade que se poderia depreender das chamadas leis da "lógica dialética" que nada é estático e nada dura para sempre, poder-se-ia intuir que qualquer alteração das condições estruturais impostas pelo regime militar e depois pela globalização tardariam a modificar-se. Exigir-se-ia, como pré-condição para tanto, o restabelecimento pleno do regime democrático; mas como o próprio autor reconheceria nos anos 1990, a democracia em si mesma não seria condição suficiente para eliminar o legado negativo deixado pelo regime militar.¹¹

De fato, ainda no sentido acima apontado (de eventual derrota da ditadura), Sodré assim elogiaria em 1976 a obra de Vieira Pinto, na sexta edição de *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (Sodré, 1976a), deixando-se ver ainda um fio de esperança na dialética do avanço da história:

*"O extraordinário trabalho de Álvaro Vieira Pinto [Consciência e Realidade Nacional, Vieira Pinto 1960] é provavelmente um dos sinais mais típicos da etapa atual dos desenvolvimentos brasileiros, uma espécie de elo entre o passado e o presente, entre a realidade e a teoria. Estudo fecundo, riquíssimo em perspectivas, elaborado por um erudito, digno da mais ampla discussão, revela muito da cultura brasileira, é mesmo um de seus momentos dialéticos" (Sodré, 1976a, p.206).*¹²

Posteriormente, esse fio de otimismo havia se abalado ainda mais. Na 19ª edição de *Síntese de História da Cultura Brasileira* (Sodré, 1999), nosso autor já tinha diante de si uma consolidação mais completa da influência norte-americana sobre os meios de comunicação e sobre a cultura brasileira no fim do século XX. Agora, o panorama traçado tornou-se muito mais

⁹ Essa relação é reavaliada criticamente em *Memórias de um Escritor* (Sodré, 1970). Para a correspondência de Sodré com Viana, ver o acervo digital de Sodré na Biblioteca Nacional.

¹⁰ Bernardo Ricupero, em *Sete Lições sobre as interpretações do Brasil* (Ricupero, 2011), faz uma apreciação muito confusa da obra de Oliveira Viana. Após citar passagem de Viana em que este afirmara que "toda a evolução histórica de nossa mentalidade coletiva não tem sida, com efeito, senão um contínuo aperfeiçoamento, através de processos conhecidos de lógica social [sic!], dos elementos bárbaros [sic!] da massa popular à moral ariana [sic!], à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca" -uma afirmação praticamente nazista-, Ricupero adiciona: "Dessa maneira, Oliveira Viana sugere, antes mesmo de Gilberto Freyre, que na mestiçagem, produto do latifúndio, capaz de reunir, num mesmo espaço, elementos das três raças do Brasil, se encontraria a própria gênese do Brasil" (Ricupero, 2011, p.63). Na verdade, Viana estava afirmando que o Brasil estaria evoluindo porque tornando-se mais branco!

¹¹ Nesse sentido, Octavio Ianni erra ao afirmar que "na concepção isebiana, o desenvolvimento econômico capitalista deveria ser realizado por um Estado autoritário" (Ianni 2004, p.256). A afirmação é muito generalizante e não é fiel à plataforma política e ao esquema teórico interpretativo de Sodré, em sua fase isebiana e mesmo posterior ao ISEB, na qual, com muita clareza, defende-se a política de frente democrática pelas reformas de João Goulart, posicionando-se contra a busca imediata pelo socialismo através da via revolucionária (Sodré, 1978, p.230), bem como o restabelecimento da democracia no país durante a ditadura. afirmou Sodré: "A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso País, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático" (Sodré, 1978, p.247). Apesar da ponderação e exatidão da maioria de suas análises, Ianni deixava transparecer aqui os conhecidos preconceitos nutridos pelos intelectuais ligados à Universidade de São Paulo com relação ao ISEB.

¹² Note-se a diferença entre a avaliação de Sodré e os ataques de Guerreiro Ramos à mesma obra em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (Ramos, 1963).

pessimista. Referindo-se ao que define como "massificação cultural", afirmou:

"[A mitologia norte-americana fundada no sexo, dinheiro e sangue] é a cultura que os meios de massa difundem hoje, no Brasil: além de seu baixíssimo nível e de seu teor desumanizante, tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural" (Sodré, 1999, p.79).

No que se refere ao cinema no Brasil:

"[Há] mais de meio século o cinema norte-americano trabalha o espírito das massas brasileiras, apresentando o seu american way of life, isto é, o cowboy, o gângster, a violência desenfreada, e as suas glórias, os seus mitos, os seus heróis – a sua cultura, em suma. Que isso tenha sido assim, e continue a ser, constitui, por si só, anomalia indiscutível, das mais graves e profundas a que já foi submetida a cultura, em qualquer época, em qualquer país [...]. A deformação se apresenta com dimensões tão extraordinárias e com duração tão longa que chegou ao cúmulo de ganhar foros de naturalidade, como se o contrário é que fosse absurdo" (Sodré, 1999, p.91).

Análises similares foram feitas para os âmbitos do teatro, da música e da universidade.

De fato, em *Vida e Morte da Ditadura* (Sodré, 1984), o tema da *revolução nacional* é praticamente deixado de lado pelo autor sob o prisma de que com a ditadura:

"[T]ratava-se agora, de forma inédita, pelo massacre de oponentes, pela destruição física de pessoas e organizações, de estabelecer uma nova normalidade, de forjar a marteladas um novo regime, o regime adequado às finalidades do imperialismo, a que se associava, tomado de pânico, a burguesia e mesmo parcelas ponderáveis da pequena-burguesia" (Sodré, 1984, p.33).

Os militares já não eram mais vistos como naturais ou eventuais garantidores da democracia, tendo sido as forças armadas homogêneas ideologicamente, bem como punido e afastado os críticos internos ao regime instalado em 1964.

No caso da chamada abertura democrática, a burguesia também não teria representado qualquer papel relevante, denotando-se seu comportamento a reboque da "dominação imperialista" e o regime que a representaria, a ditadura. Estes trechos de *Vida e morte da ditadura* vinham acompanhados de uma interpretação de que a chamada abertura teria sido na verdade um movimento tático da ditadura para "assegurar a continuidade do que se estabelecera há vinte anos" (idem, p.132), processo no qual "seria falso dizer que a 'abertura' surgiu por força da pressão das forças populares". Não se trata aqui de afirmar que Sodré

estava certo ou não (para uma crítica da hipótese de Sodré sobre a abertura democrática, ver Losnak 2006). Trata-se de delinear e chamar atenção para o processo de evolução de sua obra, situando-se-a mais devidamente nos novos marcos históricos em que se inseriu: Forças Armadas purgadas, burguesia dependente, triunfo do "imperialismo ocidental". O quadro se deterioraria com a chamada globalização e o neoliberalismo.

Em 1989, em seu pequeno volume *A República, uma revisão histórica* (Sodré, 1989), Sodré explicitaria a natureza da classe dominante em seu conjunto. Afirmaria que:

"[O] império era, na realidade, a estagnação consagrada como política. Nossas raízes profundas e ilustres estão, no fim de contas, ancoradas na resistência à mudança, essa pertinácia com que a classe dominante brasileira ao longo do tempo permanece aferrada ao passado, configurando-se como a classe dominante mais atrasada da história" (Sodré, 1989, p.28).

Esta é uma afirmação de indubitável importância para nosso argumento. Em *A farsa do neoliberalismo* (Sodré, 1997), semelhante caracterização era delineada, ao contrário do afirmado pelos autores críticos acima mencionados. Este livro, que é um dos últimos de Sodré, unira alguns textos de intervenção publicados em periódicos entre 1992 e 1995. De fato, o autor teceu aí seu diagnóstico crítico do processo de desnacionalização, privatização e "espoliação internacional" que caracterizaria o neoliberalismo. Mas ele não esposava aqui um convite a uma nova estratégia de cooperação de classes; e isso não é estranho, porque as condições históricas, justamente, não mais permitiam tal expediente, o que se refletiu no pessimismo do texto. É verdade que chegou a forçar uma imputação à realidade de uma dialética que ele *desejava* que ocorresse, tentando contribuir com seu papel de intelectual público na manutenção de eventual reação. No capítulo referente ao texto de 1993 de *A farsa do neoliberalismo*, afirmava:

"[O] processo [de dominação internacional] é dialético: na medida em que cresce e se torna mais violenta a operação de saque, as resistências aumentam, porque as coisas ficam cada vez mais claras. Nosso povo vai compreender que se torna urgente, até por simples necessidade de sobrevivência do Brasil como nação, pôr um paradeiro a tudo isso. [...] Os vendilhões têm seus dias contados" (Sodré, 1997, p.93).¹³

Sabemos que as coisas não se passaram assim. Mas o que importa assinalar de fato é que não havia mais aqui uma avaliação da situação corrente brasileira calcada nas disputas das "frações internas" da chamada burguesia nacional e numa aliança com ela.¹⁴ O que Sodré deixava ver com este livro, similarmente a muitos outros intelectuais brasileiros escrevendo no período do neoliberalismo

¹³ Para outras análises da obra, ver Silva 2001 e Milliet Filho 2008.

¹⁴ Tal como no passado definido, o processo da "surda luta econômica entre a velha e a nova estrutura de produção, entre a economia exportadora e a economia de mercado interno, entre o latifúndio e a burguesia, aquele poderosamente reforçado pelo imperialismo, esta contando com as simpatias das classes inferiores, e particularmente da pequena burguesia urbana, muito ativa em seus pronunciamentos", tal como afirmado em *História da Burguesia Brasileira*, concluído em 1964 (Sodré, 1976b).

lismo,¹⁵ era desilusão, uma reação puramente defensiva, não mais ancorada em qualquer perspectiva de projeto nacional viável. Isto porque não só a cooperação de classes não parecia mais factível no ambiente neoliberal, mas o próprio socialismo (soviético) desaparecia como força internacional. Nesse sentido, a errada afirmação do autor em *A farsa do neoliberalismo* de que a crise da época era na verdade "uma crise dos Estados Unidos" –crise ambiental, fiscal, social etc.– aparecia, assim, quase como uma negação desesperada, de nível inconsciente, à dupla derrota dos dois projetos por ele esposados ao longo da vida, nacional-desenvolvimentismo e socialismo. Tratava-se agora simplesmente de proclamar "[o]u o Brasil acaba com o neoliberalismo ou o neoliberalismo acaba com o Brasil" (Sodré, 1997, p.130), uma sentença que traduz a dimensão da derrota não só do projeto nacional, mas da própria condição de dependência com *alguma* acumulação interna de capital (tal como uma vez definida –ironicamente– por Cardoso e Faletto [1971]). Isto é, no neoliberalismo, era a própria *acumulação de capital em condições de dependência* que se veria em xeque.

Não há na verdade nenhuma dificuldade quanto à compreensão desta maturação na caracterização tardia que Sodré fez do Brasil. O autor simplesmente agora caracterizava o caminho ao qual conduziram os quase trinta anos de ditadura militar, seguidos por um processo de democratização maculado pelo advento do neoliberalismo, situando-se sua obra posterior numa esfera mais distanciada e eminentemente crítica, que agora se descolava de um horizonte possível de transformação positiva do país.¹⁶ Destarte, a batalha de gerações anteriores pela formação de uma cultura nacional *autêntica e autônoma*, de uma economia nacional democrática e aut centrada –antessala de um eventual socialismo futuro–, estava sendo liquidada pela vitória do neoliberalismo, que aqui poderia ser considerado como uma etapa superior da dependência. Assim, neste contexto, "o imperialismo mostrou que é possível dominar os povos sem recurso à ditadura" e que "também a democracia pode permitir essa monstruosidade" (Sodré, 1997, p.63). Buscando reafirmar que a teoria da dependência não havia sido exatamente uma novidade quando se difundiu nos anos 1970, isto é, que seus traços analíticos fundamentais já haviam sido introduzidos pela literatura econômica, inclusive a sua própria, Sodré afirmaria:

"[A] dependência teve início na época do imperialismo, quando este fazia sua tormentosa trajetória de exploração nas áreas que depois seriam conhecidas como subdesenvolvidas e/ou de terceiro-mundo. [...] E a dependência configurou uma espoliação continuada. Por longos decênios crescemos, lentamente, carregando esse pesado fardo. E é isso que, agora, se preten-

de repetir, sob outros e esfarrapados disfarces, sob o título de neoliberalismo" (Sodré, 1997, p.13).

Esse esclarecimento de que a noção de dependência já existia é importante para reavaliar a crítica que *dependentistas* fizeram da obra do autor. A teoria da dependência não era uma novidade, como notou acidamente um adversário intelectual de Sodré mas que, como ele, corajosamente combatiera a ditadura –Jacob Gorender. Este afirmara:

"A caracterização do Brasil como país dependente fazia parte da concepção marxista do PCB (Partido Comunista do Brasil). Agora, esta caracterização chegava atualizada e remodelada dos grandes centros de pesquisa econômica e sociológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. De maneira imediata ou remota, suas matrizes eram as ideias de Trotski e de Rosa Luxemburg. A teoria da dependência absolutizou a causalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação ou à omissão da causalidade interna de cada país" (Gorender, 1987, p.75).

Assim, não se tratava então, até o golpe de 1964, de dizer que Sodré e sua corrente de pensamento desconheciam o processo de "dependência" da economia e das elites –como mostra, com cabal clareza, a já mencionada *A ideologia do colonialismo*. Tratava-se antes de posicionar-se a favor da continuidade de um processo de autonomia nacional com base na industrialização, a indicar o surgimento de um *novo patamar* da história brasileira, e a cooperação de classes para o enfrentamento do que se julgava ser a contradição principal que impedia a independência do país e a consecução de propósitos que se julgavam comuns entre a burguesia e o proletariado –o chamado imperialismo e seus aliados locais. Essa é uma caracterização mais apropriada da obra do autor, no sentido da metodologia de contextualização histórica acima mencionada que aqui se adota. Antes da industrialização, havia a dependência neocolonial; a industrialização dava ao país a oportunidade da independência, e tratava-se de apoiar esse caminho. Como o regime militar industrializava-se em condições de dependência, e com o neoliberalismo, desindustrializava-se e desnacionalizava-se, aprofundando-se a dependência em novos termos. A caracterização que a obra de Sodré fez do Brasil percorreu essas fases e as caracterizou.

Conclusão

Criticar a *posteriori* posição dos que lutaram pela chamada "revolução brasileira" por seu suposto otimismo quanto ao papel

¹⁵ "[A burguesia brasileira] não se manteve nem se mantém independente. Em razão de injunções econômicas, tecnológicas, políticas e outras, é levada a acomodar-se e associar-se. [...] [No Brasil] no curso da ditadura militar e dos governos civis se desmonta totalmente o projeto de capitalismo nacional, compreendo o incipiente Estado de bem-estar, e [se] abre completamente ao capitalismo mundial; transformando-se em província do globalismo; um caso exemplar de "teoria da dependência perfeita" (Ianni, 2004, p.143).

¹⁶ É o que revela também a leitura de sua correspondência com amigos mais íntimos, como Paulo Cavalcanti –que, à luz da crise da União Soviética e do PCB (Partido Comunista do Brasil), lhe respondia: "Sofro, como você, todos esses problemas. Ainda (creio) terei vida para assistir ao processo de retorno aos princípios que nortearam minha existência durante tanto tempo" (Paulo Cavalcanti, carta a Nelson Werneck Sodré comentando a história do PCB e criticando a sua atual situação. Recife, 1992, ref. 32,02,01).

que partes da burguesia poderia desempenhar não deixa de constituir um tipo de anacronismo histórico (para a discussão do anacronismo na história das ideias ver Skinner, 1969). Não havia como negar que o processo de industrialização *pudesse eventualmente* traduzir-se numa nova situação qualitativa, superando a velha dependência. Naquele momento, esse era o caminho que parecia mais factível, tanto diante de experiências históricas similares em outros países, como diante das condições locais brasileiras, de um subdesenvolvimento que não poderia ser superado saltando-se diretamente ao socialismo pelo qual lutava Sodré. Esse tipo de crítica a Sodré e tantos outros só poderia revestir-se de legitimidade total se se assumisse *explicitamente* que se está fazendo com o autor estudado um diálogo definido por Blaug como de "reconstrução racional", ou seja, "treat the great dead thinkers of the past as contemporaries with whom with exchange views" (Blaug, 1990, p.28). Para haver tal tipo de alteração o analista não poderia imputar subrepticamente ao autor lido a pecha de inocente porque as coisas não ocorreram como se previa, mas sim tratando-o como um igual. Mas para que uma "reconstrução racional" desse tipo tivesse alguma justificativa, no sentido de comparar uma visão superior a uma inferior, teria sido necessário que um projeto nacional *sem* o empresariado local no Brasil houvesse já efetivamente ocorrido ou que pelo menos estivesse no presente horizonte histórico –como se se tratasse de fato de um acerto diante de um erro. O que, como sabemos, não é o caso.

À luz disso, aqui buscamos enfatizar o caráter dinâmico, no sentido diacrônico, das interpretações e das intervenções da obra de Sodré, ao longo do tempo. De fato, no que se refere à questão nacional e da revolução brasileira, Sodré deixou de lado a discussão do esquema conceitual da aliança de classes não porque a considerasse teoricamente débil, mas porque ela se tornara inviável. Assim, as hipóteses de que a burguesia industrial decidisse pela "revolução nacional", abandonando sua vacilação e inaugurando uma nova etapa da história do país, bem como a possibilidade de as Forças Armadas garantirem a estabilidade democrática, não mais estaria presente no que aqui chamamos de *terceira fase* da obra de Sodré. Não porque o autor lhe negasse racionalidade histórica, mas por reconhecer sua inviabilidade no novo contexto histórico concreto brasileiro. Sodré, longe de insistir nela até o fim, reconheceu o retorno e o aprofundamento da dependência, o *retrocesso* no processo de libertação nacional e constituição da cultura nacional "autêntica", culminando-se no neoliberalismo como evento que consolidava a dependência. Ou seja, a obra posterior de Sodré acompanhou efetivamente movimento do real, situando-se nesta fase da história que talvez pudesse ser definida como um *momento* puramente negativo da história do Brasil, nos termos da fenomenologia isebiana acima definida.

Estas considerações sugerem que José Paulo Netto está correto ao afirmar que há na obra de Sodré "giros e inflexões", tendo Sodré modificado "várias de suas teses e [sempre mantendo-se] sensível aos novos desenvolvimentos teóricos". Mas buscamos demonstrar a hipótese de que não haveria na obra de Sodré "dois momentos distintos" no que se refere à questão da revolução brasileira e da questão nacional, mas sim três: se-

gundo a leitura aqui delineada, o primeiro momento seria o que antecede a sua vinculação ao marxismo; o segundo expressaria a adoção da chamada teoria etapista; e o terceiro, no qual a teoria do etapismo seria deixada de lado em função do reconhecimento da dependência. Ao passo que José Paulo Netto, numa linha "lukacsiana", enfatiza o papel da consciência na obra do autor (Netto, 2011, p.25), aqui preferimos enfatizar um marco cronológico-analítico relacionada à sucessão de modelos explicativos da relação das classes sociais no Brasil na obra de nosso autor. Nossa periodização assemelha-se então à de Olga Sodré, que subdivide a obra do pai nas seguintes fases: (1) anterior aos anos 1950; (2) contato com o marxismo e aprofundamento da pesquisa histórica, e por fim (3) uma fase que define como de maturidade, na qual "a partir do início dos anos setenta, sua produção intelectual passa a refletir esses embates com a repressão e o cerceamento político, assim como as mudanças no cenário político cultural, tomando novos rumos" (Sodré, 2011, p. 67).

A análise acima feita buscou evidenciar como a abordagem que Sodré fez da chamada questão nacional e da revolução brasileira tinham justificativa no contexto em que foram formuladas, tendo por sua vez evoluído ao longo do tempo e acompanhado as mudanças da história do país, o que mostra seu caráter essencialmente dinâmico. Neste sentido, buscamos afirmar, pela síntese dialética das abordagens da reconstrução contextual e racional na forma de uma exposição da evolução da obra do autor com relação ao tema selecionado, que o autor foi fiel ao método histórico até o fim da vida. Tal como observou em *Ofício de Escritor*, "[n]ão há transformação alguma, amadurecimento algum, mudança alguma que não demande tempo, que se opere fora da dimensão do tempo. A negação do tempo é a negação da realidade, o horror à realidade" (Sodré, 1965, p.135). Sodré amiúde fez suposições erradas sobre as relações de classe no Brasil, assim como incorreu em previsões erradas, mas em seu pensamento pode-se notar uma evolução em que a chamada questão nacional passou a ser vista de forma muito mais realista.

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

Biblioteca Nacional - Acervo digital: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>
Entrevistas e correspondência privada: Marcos Silva; Olga Sodré; Wilson do Nascimento Barbosa.

Bibliografia:

- BARBOSA, W.B. 1999. Nelson Werneck Sodré e o 'Marxismo Ocidental'. *Revista de História da FFLCH-USP*, 141: 169-173.
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i141p169-173>
BARAN, P. 1956. *The political economy of growth*. Nova York: Penguin Books, 465p.
BIELSCHOWSKY, R. (org.). 2000. *50 Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record., 535p.
BLAUG, M. 1985. On the historiography of economics. *Journal of the*

History of Economic Thought, 12: 27-37.

CARDOSO, F.H. e FALETTI, E. 1971. *Dependency and Development in Latin America*. California (EUA): University of California Press, 131p.

CAVALCANTI BARROS, L.O.C. 2014. O Biográfico frente aos paradigmas das Ciências Sociais: Nelson Werneck Sodré, um pensador brasileiro. In: *IV Encontro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales*. La Plata, Argentina, Agosto de 2014. Disponível em:

http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.8260/ev.8260.pdf. Acesso em 6-4-2020.

CORDOVANO VIEIRA, C. A. e CAMPOS, F. A. 2019. Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré. *História econômica & história de empresas*, 22 (1): 115-142.

DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v22i1.594>

COSTA PINTO, J.A.C.P. 2011. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil (1911-1999). *Revista de História Atual*, 9 (9): 169-180.

COSTA PINTO, J.A.C.P. 2011. Nacionalismo e História em Nelson Werneck Sodré (1911-1999). *Revista Espaço Acadêmico*, 119: 151-163.

CUNHA, P. R. da. 2000. Uma leitura da obra de Nelson Werneck Sodré. *Novos Rumos*, 33: 25-37.

DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2173>

CUNHA, P. R. da. 2002. *Um olhar à esquerda: a utopia tenenista na construção de do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 334p.

CUNHA, P. R. da. e CABRAL, F. 2006. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Edunesp, 360p.

GORENDER, J. 1987. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 280p.

GRESPLAN, J. 2001. O marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia*. Bauru: Edusc, 200p.

HEGEL, G. W. F. , 1948 [1816]. *Ciência de la Logica*. Dois volumes. Buenos Aires: Libreria Hachette S.A. Tradução de Rodolfo Mondolfo, 1092p.

HEGEL, G. W. F. 1983 [c. 1832]. *Introducción a la historia de la filosofía*. Madrid: Sarpe, 231p.

IANNI, Octavio. 2004. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc/Anpocs, 366p.

LOSNAK, C.J. 2008. Vida e Morte da Ditadura. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 480p.

LOSURDO, D. 2008. *Stalin. Storia e crítica de una leggenda nera*. Roma: Carocci, 383p.

NETTO, J.P. 1992. Nelson Werneck Sodré. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 280p.

NETTO, J.P. 2011. *Nelson Werneck Sodré. O general da história e da cultura*. São Paulo: Expressão Popular, 92p.

QUARTIM DE MORAES, J. 2000. O programa nacional-democrático. fundamentos e permanência. In: *História do Marxismo no Brasil vol. IV*. Campinas: Editora da Unicamp, 309p.

MARTINS, W. 1978. *História da Inteligência Brasileira. Volume VII. (1933-1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 697p.

MILLIET FILHO, R. 2008. Farsa do Neoliberalismo, A. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 480p.

MOTA, C. G. 2008. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 423p.

PRADO JUNIOR, C. 2004 [1966]. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 463p.

PONS, S. 2014. *The global revolution. A history of international Communism, 1917-1991*. Oxford: Oxford University Press, 401p.

RAMOS, A.G. 1963. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 218p.

RICUPERO, B. 2011. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São

Paulo: Alameda, 220p.

RORTY, R. 1984. The historiography of Philosophy: four genres. In: Rorty, R. et alii (orgs.). *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 403p.

SKINNER, Q. 1969. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, 8, (1): 3-53.

SILVA, M. 2021. Nelson Werneck Sodré hoje. São Paulo: FFLCH-USP. Mimeografado. s/d. Disponível em: <https://marxismo21.org/nelson-werneck-sodre/>. Acesso em 6-7-2021.

SILVA, M. (org.). 2001. *Nelson Werneck Sodré na historiografia*. Bauru: Edusc, 198p.

SILVA, M. 2001. Diante do imediato. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia*. Bauru: Edusc, 198p.

SILVA, M. (org.). 2008. *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 480p.

SODRÉ, N.W. 1961. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB. 1961, 276p.

SODRÉ, N.W. 1962. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 60p.

SODRÉ, N.W. 1965. *Ofício de escritor*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 154p.

SODRÉ, N.W. 1970. *Memórias de um Escritor - 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, 378p.

SODRÉ, N.W. 1975. *Brasil, radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Vozes, p.181.

SODRÉ, N.W. 1976b. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SODRÉ, N.W. 1976a. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 380p.

SODRÉ, N.W. 1982. *Formação Histórica do Brasil*. 11a edição. Rio de Janeiro: Difel, 415p.

SODRÉ, N.W. 1984. *Vida e morte da ditadura. 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 133p.

SODRÉ, N.W. 1985. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 118p.

SODRÉ, N.W.. 1989. *A república (uma revisão histórica)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 80p.

SODRÉ, N.W. 1997. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 122p.

SODRÉ, N.W. 1999. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 136p.

SODRÉ, N.W. 2010 [1965]. *História Militar do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 575p.

SODRÉ, O. 2011. A originalidade da metodologia de pesquisa histórica de Nelson Werneck Sodré. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 172 (453): 53-78.

SODRÉ, O. 2019. *Odisseia de um General do Povo Brasileiro e sua Geração Intelectual*. Jundiaí: Paco Editorial, 272p.

TOLEDO, C.N. 1982. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 195p.

TOLEDO, C.N. de (org.). 2005. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 262p.

VIANNA, M. 2004. Nelson Werneck Sodré: Subvertemos a história oficial. *Novos Rumos*, 19 (42): 66-63.

VIEIRA PINTO, A. 1960. *Consciência e Realidade Nacional*. Dois volumes. Rio de Janeiro: ISEB, 1077p.

Submetido: 11/06/2021

Aceite: 09/02/2022

[14] Sodré respondeu a tais adjetivações; ver Sodré 1985, p.64-76.